

Trabalho, sofrimento e influência da sociedade de consumo em instituições públicas⁽¹⁾

Natália Lelis Guimarães Goulart⁽²⁾ e
Alex Pizzio da Silva⁽³⁾

Data de submissão: 24/3/2022. Data de aprovação: 2/11/2022.

Resumo – Este trabalho trata de investigação acerca de sofrimento psíquico nos servidores de instituições públicas brasileiras em artigos publicados na plataforma Scielo, no período 2004-2013, com o objetivo de analisar de que forma os diagnósticos teóricos publicados apontam os discursos e os valores hegemônicos difundidos pelos meios de comunicação de massa e pela sociedade de consumo. Como metodologia foi utilizada a pesquisa qualitativa, com análise de conteúdo dos dados. Foram analisados vinte e quatro artigos, selecionados os conceitos mais utilizados, os sujeitos de pesquisa e identificadas lacunas acerca das pesquisas em sofrimento no trabalho das instituições públicas no Brasil. Identificou-se que os principais conceitos apresentados acerca de sofrimentos psíquicos são *burnout*, transtornos psíquicos e condições precárias de trabalho. A matriz explicativa para a causa de sofrimento é composta, principalmente, por cansaço físico, vocal e/ou mental, sobrecarga de trabalho, burocratização da organização do trabalho, contaminação do tempo fora do trabalho e falta de reconhecimento. Concluiu-se que é possível afirmar que o sofrimento dos servidores públicos pode ser ampliado por uma sociedade que, através dos meios de comunicação de massa, estabelece padrões.

Palavras-chave: Consumismo de Massa. Instituições Públicas. Servidor Público. Sociedade do Consumo. Sofrimento Psíquico.

Work, suffering and influence of the consumer society in public institutions

Abstract – This study deals with research on psychological suffering in the servers of Brazilian public institutions in articles published on the Scielo platform in the period 2004-2013, with the aim of analyzing how the published theoretical diagnoses point to the hegemonic discourses and values disseminated by the mass media and a consumer society. The methodology used was qualitative research and data content analysis. Twenty-four articles were analyzed, the most used concepts were selected, the research subjects were identified, and gaps were identified about research in suffering during the work in public institutions in Brazil. It was identified that the main concepts presented about psychological suffering are burnout, psychological disorders and poor working conditions. The explanatory matrix for the cause of suffering is mainly composed of physical, vocal and / or mental fatigue, work overload, bureaucratization of work organization, contamination while away from work and lack of recognition. It was concluded that it is possible to affirm that the suffering of public servants can be amplified by a society that, through the mass media, sets standards.

Keywords: Mass Consumerism. Public Institutions. Public server. Consumer Society. Psychic Suffering.

¹Artigo extraído da Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins em maio/2016.

²Doutoranda em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Administradora na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. [*nataliagoulart@gmail.com](mailto:nataliagoulart@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4680-7849>.

³Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. Bolsista do CNPq. [*alexpizzio@gmail.com](mailto:alexpizzio@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7181-6355>.

Introdução

Na atualidade o sujeito é incentivado diariamente, pelos mais variados meios de comunicação de massa, por determinadas concepções construídas pela sociedade do espetáculo.

Nas palavras de Debord (1997, p. 14):

Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade.

Através de uma cultura precificada, torna-se extremamente difícil manter-se fora dos valores hegemônicos impostos como necessidade. A vida contemporânea nos leva a uma cultura de consumismo. Para manter a contínua retroalimentação dos processos consumistas, a sociedade do espetáculo está permanentemente utilizando novos comerciais com diferentes subterfúgios que visam à conquista de seus potenciais consumidores. Segundo Chauí (2007, p. 8), “[...] o estereótipo da propaganda pode alcançar o ponto máximo de irrealidade quando o produto é anunciado por atores que representam para o consumidor o papel que representam em novelas”.

Pode-se afirmar que os meios de comunicação são utilizados de forma superficial e irresponsável pelas imposições do setor televisivo na medida em que o que importa é apresentar fatos, os quais nem sempre são investigados, mas sim presumidos e apresentados de forma a parecerem verdadeiros (CHAUÍ, 2007). Temos com esses pensamentos introdutórios o objetivo de transmitir o que será tratado nesta pesquisa: a forma como o indivíduo é afetado pela sociedade contemporânea e de que forma esta potencialmente produz sofrimento em seu trabalho. O sujeito não está isolado dentro do ambiente institucional. A organização está permeada dos ideais transmitidos pelo espetáculo, como a necessidade de destaque sobre os outros, de competir e vencer e ter retribuições melhores.

Sennett (2012) explica que, na atualidade, a nova organização do trabalho, baseada em um trabalho em equipe, aumenta a cultura da individualidade. O trabalho em equipe exige que seus componentes tenham atributos como flexibilidade, saber ouvir, ser comunicativo e facilitador de relacionamentos. São exigidas metas de desempenho e altos níveis de produtividade. O sujeito perde a própria identidade ao tentar modificar as próprias características para se adequar ao que é exigido e se manter dentro do jogo (SENNETT, 2012). Somando-se a isso, no desempenho dessas atividades, o sujeito se vê sem um superior, já que as responsabilidades são divididas entre os membros do grupo e não há uma autoridade para coordenar o trabalho. O chefe não se responsabiliza por seus atos e, por isso, não pode ser procurado para solução de conflitos ou reclamações. Dessa forma, os jogadores estão por conta própria e o jogo será o que fizerem dele na medida em que a necessidade se impor. Segundo Sennett (2012, p. 125), o que possibilita entender “[...] que a antiguidade conta cada vez menos no moderno local de trabalho”. O sofrimento acontece quando o indivíduo não consegue ter uma relação harmoniosa com seu ambiente de trabalho, podendo ser tanto com o conteúdo significativo deste trabalho quanto ergonômico. O sujeito necessita ter atividades que lhe permitam a diminuição de sua carga psíquica, e cada qual terá necessidades diferentes; uma rotina permeada por mudanças pode ser boa para um e não para o outro. Ao mesmo tempo, a constante burocratização do serviço público é difícil para muitos, prejudicando andamentos de processos, atendimento dos anseios da comunidade e gerando diversos tipos de sofrimentos psíquicos.

Materiais e Métodos

No presente trabalho optou-se pela utilização da abordagem qualitativa de pesquisa. Para os pesquisadores que utilizam a abordagem qualitativa, o objetivo de pesquisa independe da quantidade de amostra; o importante é que, através de determinado objeto de pesquisa, seja possível gerar um novo conhecimento. O método de pesquisa qualitativa utilizado foi a pesquisa

do tipo revisão do estado da arte do conhecimento. Segundo Romanowski e Vosgerau (2014, p. 167), os chamados estudos de revisão “apontam necessidades de melhoria do estatuto teórico metodológico, e mesmo as tendências de investigação”. A motivação maior de uma pesquisa desse tipo é conhecer até onde chegaram as pesquisas realizadas, quais aspectos já foram abordados, percursos utilizados e levantar o que falta ser estudado.

Através de revisão de títulos, resumos e palavras-chaves de artigos publicados na Plataforma Scielo, em periódicos da área de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, no período 2004-2013, foram coletados artigos que continham a combinação dos seguintes descritores: trabalhador(es) ou servidor(es) público(s) ou funcionário(s) público(s) ou instituição(ões) pública(s) e sofrimento psíquico ou mal-estar no trabalho ou psicopatologia(s)/patologia(s) ou doença(s) psíquica(s) ou *burnout* ou desgaste profissional ou adoecimento. Sendo assim, foram selecionados vinte e quatro artigos, que passaram por análise de conteúdo. Na terceira e última fase da análise, definida como tratamento dos resultados obtidos e interpretação, foram colocados dados em confronto e sistematizados seus resultados individualmente (BARDIN, 1977).

Resultados e Discussões

Na análise dos resultados, descobriu-se que os sujeitos alvos das pesquisas são diversos, sendo os principais os profissionais da saúde e profissionais docentes. Os enfoques teóricos principais dados pelos pesquisadores de sofrimento no trabalho em instituições públicas são condições precárias de trabalho, *burnout* e transtornos psíquicos. Esses três conceitos permearam quase todas as pesquisas analisadas. As condições de trabalho no serviço público deixam a desejar tanto para a população, quanto para seus colaboradores. A exaustão emocional foi apontada como principal sintoma do *burnout* na profissão docente. Os transtornos psíquicos citados foram estresse, depressão e ansiedade. Em todos os trabalhos houve teorizações acerca do mal-estar causado ao sujeito por uma deficitária organização do trabalho.

A matriz explicativa principal de fatores que geram o sofrimento psíquico dentro das instituições públicas foi composta por cansaço físico, vocal e/ou mental, sobrecarga de trabalho, burocratização da organização do trabalho, contaminação do tempo fora do trabalho e falta de reconhecimento. Foi diagnosticado que a contaminação do tempo fora do trabalho é apontada nos artigos analisados como uma das causas que levam ao sofrimento psíquico. Entretanto, a contaminação do tempo fora do trabalho é uma das estratégias defensivas definidas por Dejours (1992), o que demonstra que, nos artigos em que foi citada, o sujeito já se encontra em sofrimento psíquico.

Dentre os profissionais da educação, professores e profissionais da área da saúde, o principal transtorno existente é o *burnout*. O *burnout* é caracterizado pela presença de três fatores: exaustão emocional, despersonalização e reduzida realização profissional, com pequenas variações de nomenclaturas de autor para autor. Nos estudos analisados, alguns fatores estão mais presentes que outros, entretanto, conforme demonstrado, existem diversos fatores prejudiciais na organização do trabalho que influenciarão o crescimento desses índices.

Para os estudiosos, a precariedade da educação e da saúde pública brasileira, como infraestrutura inadequada, falta de material e de servidores, carga horária de trabalho excessiva e a grande quantidade de responsabilidades atribuídas, hipersolicita dos profissionais, principalmente docentes, atribuindo a eles funções que não deveriam ser deles (SOUZA; LEITE, 2011).

O trabalho possui centralidade na vida do sujeito. É através dele que surgem as realizações sociais e as afirmações de identidade. É nele que os indivíduos passam a maior parte do seu dia, da sua semana, meses e anos, e é ele que nos afirma como parte de uma sociedade. (ANCHIETA; GALINKIN; MENDES; NEIVA, 2011). Dessa forma, se não é possível ao sujeito ter uma organização do trabalho propícia ao seu desenvolvimento profissional e pessoal,

convivendo de forma amena com seus pares e realizando um trabalho em que possa colocar em prática a sua subjetividade, haverá grande probabilidade de se desenvolver transtornos psíquicos que afetarão irremediavelmente sua individualidade (DEJOURS, 1992).

No caso das instituições escolares públicas, elas não conseguem acompanhar as mudanças impostas pela sociedade e ainda possuem um sistema educacional incapaz de atender a demanda (SOUZA; LEITE, 2011). Somando-se a isso, muitas instituições públicas são perpassadas por disputas, competitividade e jogos de poder que provocam acirrada individualidade e necessidade de destaque sobre os pares. Foi diagnosticado, em alguns trabalhos, o quanto é prejudicial relações ruins e falta de apoio social nos ambientes de trabalho (ANDRADE *et al.*, 2012; REIS *et al.*, 2006).

Nesse mesmo sentido, as empresas privadas ou de economia mista convivem com uma sociedade líquida que muda e transmuta continuamente, e também apavora. As mudanças estão presentes e demonstram seu poder de afetar os objetivos estabelecidos por cada indivíduo. É o caso dos agentes de segurança penitenciária que foram demitidos do serviço bancário: eles adentraram o serviço público penitenciário em busca de uma estabilidade que não podia se ver no ambiente privado, mas começam a passar por uma crise identitária a lhes alterar o ânimo (RUMIN, 2006).

A crise identitária pode ser entendida como a forma que o sujeito se enxergava e a forma como ele se entende no período atual. É como se a realidade fosse muito forte para ser aceita. Nesse ínterim, as diferenças exigidas pela organização no que exigia da personalidade dos seus colaboradores fortalecem a necessidade de uma nova identidade, como se fosse possível alterações tão fortes em seres humanos. O que contrapõe essa dificuldade é o fato de os indivíduos se verem com medo da demissão, do reajustamento de funções ou de não receberem subsídios superiores, por isso, acham-se na necessidade de serem sujeitos mais adeptos a diferentes situações. Assim, se havia uma identidade de pessoa retraída, que trabalhava sozinha e apenas em uma área específica de conhecimento, esse sujeito dará espaço para um novo jeito de ser, uma nova identidade baseada na pessoa espontânea, flexível, de múltiplos conhecimentos e ampla rede de relacionamentos (SENNETT, 2012). É o que o mercado exige, o que a organização precisa e o que o sujeito começa a acreditar como irremediável. Mas o que ocorre é que o indivíduo começa a exigir tanto de si mesmo que a organização do trabalho público, tal qual é hoje, faz com que o sujeito não consiga manter-se invulnerável. O cansaço físico e mental com uma função desgastante, que exige múltiplos conhecimentos e uma personalidade oposta, conjuntamente com sobrecarga de trabalho e sistema burocrata, leva ao sofrimento e à ausência no trabalho. Corroborando o pensamento de Sennett (2012), Harvey (2008, p. 258) cita que vivemos na sociedade “do descarte”, que significa dizer que se deve “ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser”.

Para essa nova organização do trabalho, a experiência passou a contar menos, os gestores encaram indivíduos experientes como aqueles que não têm a capacidade de adaptação que a instituição exige. Entretanto, como as instituições públicas não conseguem se atualizar como a privada, o que existem são servidores que não são reconhecidos pelo trabalho que desempenham, que estão assoberbados de trabalho, com inúmeras planilhas e documentos burocratizados para preencher, sem abertura para maximizar processos de trabalho, com necessidade e desejo por se capacitar e, com isso tudo, desenvolvendo algum tipo de transtorno psíquico.

Em vários trabalhos analisados, foram fatores de sofrimento psíquico a sobrecarga de trabalho, a baixa remuneração e a falta de reconhecimento (GOMES *et al.*, 2011; NORONHA; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2008; TSCHIEDEL; MONTEIRO, 2013). Dentro da principal matriz explicativa também tivemos o cansaço físico, vocal e/ou mental. Os professores, por exemplo, relatam o grande número de atividades diferentes que realizam, o esforço vocal que

fazem em sala de aula para conseguirem ser ouvidos e, também, a necessidade de se corrigir atividades dos alunos em uma mesa de bar. Essa necessidade demonstra o quanto a quantidade excessiva de trabalho prejudica a vida pessoal e social dos servidores, os quais, apesar de todos os esforços, ainda sofrem com a falta de reconhecimento e de remuneração sem melhorias. Poderíamos dizer que, para as auxiliares de enfermagem que trabalham na unidade de terapia intensiva neonatal, por exemplo, que gostam do trabalho que desenvolvem e compreendem a importância dele, a busca pelo conhecimento em nível superior de enfermagem pode ser a busca por um sentido no trabalho que desenvolvem (GOMES *et al.*, 2011). É importante a busca por conhecimentos, mas é necessário que o conhecimento preexistente seja valorizado, para que a busca por novos não passe a ser a busca por uma forma de ser notado em sua subjetividade. A falta de sentido no trabalho é o desempenho de atividades que não fazem parte de um sentido amplo na mente do trabalhador (DEJOURS, 1992). As auxiliares de enfermagem sabem da importância que seu trabalho possui para o paciente, mas o que elas buscam entender é o porquê de fazê-lo para a cura da doença. Elas são responsáveis pela primeira engrenagem de um processo composto por elas, auxiliares, depois pelos enfermeiros e, posteriormente, pelos médicos. Um depende do outro. E o sujeito necessita do reconhecimento de sua importância pelos seus pares e superiores. Segundo Dejours, através do reconhecimento, o sofrimento no trabalho se transforma em prazer, e será indispensável para a mobilização subjetiva do indivíduo. Todos esses fatores, conjugados ou não, são responsáveis por transtornos psíquicos, e podemos afirmar que são influenciados pelos meios de comunicação de massa e pela sociedade do consumo.

Os meios de comunicação de massa definem que os indivíduos devem procurar sucesso profissional fazendo aquilo que gostam e recebendo monetariamente bem por isso. Também definem que as famílias devem usufruir de viagens e diversão em seus tempos livres, angariando alegrias e felicidade estampadas em álbuns de família. Mas o que se vê nas instituições públicas é algo bem contrário a isso. Os trabalhadores destas instituições que sofrem, por exemplo, com a sobrecarga de trabalho, veem-se exaustos emocionalmente, com dificuldades financeiras, trabalhando em vários turnos, tendo o seu tempo fora do trabalho sendo utilizado para o mesmo fim, e, além de tudo, fazendo muitas vezes aquilo que não gostam, ou porventura gostam, mas não são valorizados. Dessa forma, se já existem tantos fatores da organização de trabalho que não são favoráveis à saúde e ao bem-estar do trabalhador, a influência da sociedade do espetáculo prejudica sobremaneira aqueles que de alguma forma estão – ou poderiam estar – buscando estratégias de vencer o sofrimento.

Outro exemplo são as agentes de segurança penitenciária (TSCHIEDEL; MONTEIRO, 2013). Elas entraram no serviço público pela necessidade e, apesar dos melhores salários, ainda assim fazem diárias em presídios que não são seu ambiente formal de trabalho para aumentar o salário, gerando uma sobrecarga de trabalho quase que diuturna. As agentes passam a agregar o salário extra à sua fonte de renda principal, mesmo assumindo que os salários não sejam ruins. O que podemos ver é que a própria necessidade de maior renda demonstra um ideal impregnado pela sociedade do espetáculo: o sucesso profissional é ganhar bem, consumir e usufruir mais da moderna sociedade. Por outro lado, esta organização do trabalho delimita ao agente um convívio constante com a violência, o medo e a insegurança; portanto, se não houver uma pausa, um período de descanso, provavelmente os prejuízos acarretados para a saúde futura dessas agentes poderão ser de transtornos físicos e emocionais profundos.

Outro fator que fez parte da matriz explicativa deste estado da arte foi a burocratização da organização do trabalho. Estabelecemos como fator “burocratização” os trabalhos analisados que tiveram os seguintes fatores explicativos para o sofrimento no trabalho: racionalização e rigidez do trabalho, excesso de cobranças, vigilância constante e necessidade de rapidez e agilidade (ANCHIETA *et al.*, 2011; BRANT; MINAYO-GOMEZ, 2008; FERREIRA; SEIDL, 2009; OLIVIER; PEREZ; BEHR, 2011; RIBEIRO; MARTINS, 2011; SOUZA;

ROZEMBERG, 2013; SPODE; MERLO, 2006). Esses fatores remontam ao conhecido e debatido conceito estabelecido por Dejours do que seja sofrimento no trabalho *taylorizado*. A organização do trabalho do setor público brasileiro em muito se parece com o que Taylor estabeleceu. É um sistema rígido, que não permite aos servidores utilizarem todo o conhecimento que possuem, é marcado por serviços rotineiros e repetitivos, chefes que não reconhecem a importância de seus subordinados e não procuram desenvolver novas habilidades ou novas políticas. O que importa, para a maioria, é seguir o que está na Lei.

Nesse sentido, o sujeito segue em um modo operante onde ele não encontra aquilo com o que a mídia o faz sonhar: um trabalho gratificante, onde ele seja uma peça importante na engrenagem que comanda todo o processo. Ele não possui uma posição de destaque, não ganha o que gostaria de ganhar e não faz o que gostaria de fazer. Viajar, ganhar bem, ser um profissional de destaque tornam-se apenas sonhos. O grande número de documentos que tem de preencher concomitantemente com o trabalho em sala de aula, além, claro, das outras responsabilidades que lhe são imputadas, como o relacionamento com familiares dos alunos, é fonte de frustração porque ele não encontra tempo nem meios de colocar em prática sua subjetividade para mudar a realidade do trabalho. As diferenças entre o trabalho prescrito e o real são enormes. E mesmo que seja possível uma mobilização subjetiva para produzir saúde, são necessárias mudanças nessa organização do trabalho para que possa ser definitiva. Ademais, o sujeito não é sozinho, ele chega à organização com uma bagagem, é influenciado continuamente pelas mensagens midiáticas, por uma rede de relacionamentos também influenciada pela “imagem”; diante disso, todos estes fatores nocivos da organização do trabalho, concomitante com uma cultura precificada, imediatista e consumista, leva o sujeito ao sofrimento. Nesse mesmo sentido, como analisado por Assunção e Oliveira (2009), os professores convivem com alunos que estão inseridos nessa sociedade do consumo, o que os fazem distantes dos objetivos pedagógicos das instituições de ensino. Assim, podemos analisar que todos são influenciados por um consumismo desenfreado estabelecido por mensagens midiáticas e uma sociedade sedenta, principalmente adolescentes que ainda estão órfãos de uma mensagem singular e determinante do que seja a sociedade do espetáculo, o que prejudica ainda mais o desenvolvimento das estratégias de ensino, por conseguinte, do alcance dos resultados da instituição.

Outro ponto importante que demonstra como o fator reconhecimento está diretamente ligado ao sofrimento psíquico em instituições públicas é o que podemos visualizar em dois trabalhos: a não existência de políticas de reintegração de profissionais afastados (CAVALHEIRO; TOLF, 2011; OLIVIER *et al.*, 2011). A necessidade dessas políticas é fazer com que o sujeito se sinta valorizado em seu retorno, reconhecido pelo trabalho que desenvolveu até então e estimulado a trabalhar, e, por outro lado, auxiliar a organização a evitar novos afastamentos. Mas o que ocorre é que a instituição estigmatiza esses indivíduos, já que no ato de seu retorno são trocados para funções sem maiores qualificações e sem nenhum tipo de justificativa. Por isso, o que vem acontecendo é que, após alguns afastamentos de pequeno período, intercalados com retornos ao trabalho, culmina em afastamentos maiores do sujeito. Portanto, é necessário que haja melhorias na organização do trabalho, com políticas voltadas para o acolhimento do sujeito que utilizou licença médica, e que sejam políticas disseminadas envolvendo toda a organização, para que seja possível extinguir atos discriminantes contra este indivíduo quando retornar.

Por último, é necessário ressaltar que, em maio de 2010, a Portaria nº 1.261, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG –, definiu normas e objetivos para a promoção da saúde mental do servidor público federal. Na seção 3, quanto à assistência terapêuticas, fala-se no item 6: “oferecer serviços de referência propiciadores de vínculos significativos, por meio de projetos terapêuticos que respeitem as especificidades de cada servidor e de sua relação com o trabalho”. O que claramente percebe-se é que os diversos órgãos

que compõem o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC – ainda não observaram essas diretrizes ou a atendem de forma precária. Todas as dificuldades com as quais os servidores lidam pouco são debatidas em espaços de discussão, há poucas formas desenvolvidas para melhorar o ambiente organizacional e raras são as políticas de desenvolvimento de pessoal. No espaço de discussão (ou espaço público, na concepção de Dejours) é que será possível verbalizar o sofrimento, fazer com que ele se revele, e só assim uma solução poderá ser buscada por todos. Possibilitaria também aos servidores em sofrimento uma rede de apoio, suporte e valorização social, além da mobilização subjetiva de sua inteligência.

Considerações finais

O trabalho, por ser um dos alicerces principais da vida humana e da vida em sociedade, deve ser encarado de forma respeitosa. Apesar de percebermos que os estudos em psicodinâmica do trabalho já estão bem avançados para uma área que foi criada há menos de meio século, ainda há muito a se expandir no Brasil e no mundo. Ocorre que as insatisfações no trabalho não são devidamente valorizadas por gestores, principalmente na esfera pública. O serviço público, por ser uma área que demonstra uma maior estabilidade e melhores salários, muitas vezes solicita da subjetividade do sujeito que supere e aguente situações precárias de organização do trabalho que, com o passar do tempo, torna-se demasiadamente imprópria para a saúde física e, principalmente, psíquica do indivíduo.

Os resultados que encontramos nesta pesquisa de estado da arte como principais conceitos teóricos apresentados foram *burnout*, transtornos psíquicos e condições precárias de trabalho. A matriz explicativa de fatores que levam ao sofrimento psíquico foi baseada principalmente no cansaço físico, vocal e/ou mental, na sobrecarga de trabalho, na burocratização da organização do trabalho, na contaminação do tempo fora do trabalho e na falta de reconhecimento.

Foi possível distinguir que a reestruturação produtiva das instituições, principalmente nas de ensino superior, é o principal causador da precarização existente no trabalho, causando a massificação do ensino, a sobrecarga de trabalho e cansaços físico, vocal e mental sentidos pelos servidores. As condições precárias de trabalho, como falta de estrutura, de incentivo, de aparelhos e de materiais, medo, frustração e falta de reconhecimento, são citadas como fonte de sofrimentos psíquicos por estarem presentes em diversas instituições públicas federais, prejudicando o andamento dos trabalhos e causando maior nível de dificuldades e preocupações aos servidores.

A síndrome de *burnout* é a principal síndrome estudada nas organizações públicas federais. Demonstra o esgotamento emocional sentido por servidores e, principalmente, a necessidade de mais estudos que busquem identificar variáveis causadoras do distúrbio.

Seria desejável poder dizer que há uma solução determinada e objetiva para o sujeito em sofrimento nas instituições públicas, mas o problema é muito complexo para existir apenas uma resposta clara e precisa. Há soluções, mas elas são específicas de cada instituição porque, como foi dito, cada sujeito possui determinado conhecimento e estrutura emocional que vai dizer em quais situações ele vai se ajustar. Portanto, uma das estratégias, por assim dizer, é a instituição observar aqueles com os quais trabalham e dar a devida importância a cada subjetividade para, dessa forma, poder determinar atividades que estimulem o trabalhador e nas quais ele possa dar vazão à carga psíquica que possui (DEJOURS, 1992).

Por meio das dúvidas que surgiram com os resultados da pesquisa, foi possível traçar um caminho a seguir em trabalhos futuros. Os conjuntos dos resultados obtidos apontam para a necessidade de mais estudos sobre a psicodinâmica do trabalho dentro de instituições públicas, principalmente com profissionais administrativos de instituições de ensino. Alguns conceitos que apareceram nas pesquisas, como baixo suporte social e a psiquiatrização da tristeza,

possuem aspectos importantes no que diz respeito à cultura moderna atual da individualidade e da medicação excessiva, no entanto, não foi possível obter dados concretos sobre sua influência no sofrimento do indivíduo. Dessa forma, vê-se que um possível desdobramento dessa pesquisa será utilizar um instrumento de verificação que possa mensurar essas variantes em instituição pública.

Verificou-se também que é importante haver estudos mais detalhados de como a cultura vigente da sociedade de consumo influencia a subjetividade de cada um. Sabendo que cada pesquisa segue o rumo que o pesquisador delimita, acredita-se que, com as lacunas destacadas por este trabalho, estudos que utilizem instrumentos metodológicos complementares poderão dar enfoques diferentes, principalmente voltados para as instituições de ensino, contribuindo para o entendimento das dinâmicas trabalho-sofrimento trabalho-saúde.

Referências

ANCHIETA, V. C. C. *et al.* Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 199-208, abr/jun 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n2/a07v27n2.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

ANDRADE, T. de A. *et al.* Síndrome de burnout e suporte social no trabalho: a percepção dos profissionais de enfermagem de hospitais públicos e privados. **O&S**, Salvador, v. 19, n. 61, p. 231-251, abr./jun. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v19n61/a04v19n61.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/03.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: L. A. Reta e A. Pinheiro. Presses Universitaires de France, 1977.

BRANT, L. C.; MINAYO-GOMEZ, C. Da tristeza à depressão: a transformação de um mal-estar em adoecimento no trabalho. **Comunicação, saúde, educação**, São Paulo, v. 12, n. 26, p. 667-76, jul./set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v12n26/a17.pdf>.

Acesso em: 21 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 1.261, de 5 de maio de 2010**. Institui os Princípios, Diretrizes e Ações em Saúde Mental que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC da Administração Pública Federal sobre a saúde mental dos servidores. Brasília, DF: Secretaria de Recursos Humanos, 2010.

Disponível em:

https://mpdft.mp.br/portal/pdf/institucional/programas_projetos/despertar/legislacao/portaria_mpog_2010_1261.pdf. Acesso em: 20 jul. 2015.

CAVALHEIRO, G.; TOLF, S. da R. Trabalho e depressão: um estudo com profissionais afastados do ambiente laboral. **Psico-USF**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 241-249, mai/ago. 2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/pusf/v16n2/v16n2a13.pdf. Acesso em: 26 jul. 2015.

CHAUÍ, M. Simulacro e poder: uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

- DEBORD, G. **A Sociedade do espetáculo - Comentários sobre a sociedade do espetáculo.** (E. dos S. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** 5. ed. Tradução: A. I. Paraguay e L. L. Ferreira. Local: Cortez, 1992.
- FERREIRA, M. C.; SEIDL, J. Mal-estar no trabalho: análise da cultura organizacional de um contexto bancário brasileiro. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 245-254, abr./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a13v25n2.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- GOMES, L. *et al.* Competências, sofrimento e construção de sentido na atividade de auxiliares de enfermagem em UTIN. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 137-156, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/07.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- NORONHA, M. M. B.; ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 65-85, mar./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v6n1/05.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.
- OLIVIER, M.; PEREZ, C. S.; BEHR, S. da C. F. Trabalhadores afastados por transtornos mentais e de comportamento: O retorno ao ambiente de trabalho e suas consequências na vida laboral e pessoal de alguns bancários. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 6, art. 2, p. 993-1015, nov./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n6/03.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2015.
- REIS, E. J. F. B. *et al.* Docência e exaustão emocional. **Educ. Soc**, Curitiba, v. 27, n. 94, p. 229-253, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a12v27n94.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.
- RIBEIRO, S. F. R.; MARTINS, S. T. F. Sofrimento psíquico do trabalhador da saúde da família na organização do trabalho. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 241-250, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n2/a07v16n2.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- ROMANOWSKI, J. P.; VOSGERAU, D. S. R. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan/abr 2014.
- RUMIN, C. R. Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 570-581, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pep/v26n4/v26n4a05.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2015.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter.** Tradução: M. Santarrita. Local: Record, 2012.
- SOUZA, A. N. de; LEITE, M. de P. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121,

out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n117/v32n117a12.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

SOUZA, K. R. de; ROZEMBERG, B. As macropolíticas educacionais e a micropolítica de gestão escolar: repercussões na saúde dos trabalhadores. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 433-447, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n2/aop967.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

SPODE, C. B.; MERLO, Á. R. C. Trabalho policial e saúde mental: Uma pesquisa junto aos capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n3/a04v19n3.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

TSCHIEDEL, R. M.; MONTEIRO, J. K. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 527-535, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n3/13.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2015.